

A AUDITORIA E A GESTÃO DO RISCO

Mariana Fernandes Bouça

Polytechnic Institute of Porto (IPP)
School of Accounting and Administration of Porto (ISCAP)
Student
Master: Auditing
Portugal

Susana Adelina Moreira Carvalho Bastos

Polytechnic Institute of Porto (IPP)
School of Accounting and Administration of Porto (ISCAP)
Center for Organizational and Social Studies of P. Porto (CEOS.PP)
Center for Studies in Business and Legal Sciences (CECEJ)
Associate Professor
Portugal

Keywords: SGQ; Risk Management; Audit

Workshop 1: “Informação não financeira: estrutura normativa, prática e entendimento”

A Auditoria e a Gestão do Risco

Abstract

Over the last years, risk management has assumed a greater importance for organizations.

Through the analysis of available reports, we study whether they have an SGQ implemented and the relationship with the audit.

The objective is to verify the importance of these themes as a way of adding value, we think it important to know the opinion of the professionals on this subject, through a questionnaire.

Trying to understand, its functioning is a crucial factor for companies that want to assert themselves before the competition and therefore to analyze how best to deal with possible risks, which may become opportunities.

Keywords: SGQ; Risk Management; Audit

Resumo

Nos últimos anos, a gestão de risco, tem assumido uma importância maior para as organizações.

Através da análise de relatórios disponibilizados, estudamos se têm um SGQ implementado e a relação com a auditoria.

Como o objetivo é verificar a importância destes temas, como forma de acrescentar valor, achamos importante saber qual a opinião dos profissionais relativamente a esta temática, através de um questionário.

Tentar compreender, o seu funcionamento é um fator crucial para as empresas que se queiram afirmar perante a concorrência e por consequência analisar a melhor forma de lidar com possíveis riscos, que se poderão tornar em oportunidades.

Palavras-chave: SGQ; Gestão de Risco; Auditoria

Introdução

Nos últimos anos, a gestão do risco, tem assumido uma importância cada vez maior para as organizações.

Partindo da definição de gestão do risco, de todas as suas componentes, pretendeu-se verificar a existência de uma relação entre ERM e cubo COSO com a gestão de risco tendo como apoio a auditoria.

Perceber de que forma este conceito, implementado numa organização, influencia o seu crescimento, analisando-se até que nível é que toda a organização está envolvida e sensibilizada para o processo de gestão do risco, desde a gestão de topo aos colaboradores, e a importância dada à temática. Para que este processo seja implementado e monitorizado, é fundamental o envolvimento do auditor interno, sendo complementado com o papel do auditor externo.

Desta forma, procedemos à realização de um estudo, através da análise de relatórios disponibilizados pelas empresas, de forma a verificar se estas dispõem de um sistema de gestão do risco implementado.

Este estudo tem por base verificar a importância da auditoria e da gestão de risco, como forma de acrescentar valor às organizações, consideramos importante perceber a opinião dos profissionais destas áreas.

Tentar compreender, o funcionamento da gestão do risco é um fator crucial para as empresas que se queiram afirmar perante a concorrência e por consequência analisar que a melhor forma de lidar contra possíveis riscos, que se poderão tornar em oportunidades para as organizações.

1. A Gestão do Risco

1.1. Enterprise Risk Management

A gestão do risco do negócio (ERM) tem vindo a sofrer alterações profundas na forma de implementação nas organizações em geral, fruto da instabilidade económica e financeira dos mercados internacionais e das indubitáveis alterações nas estruturas dos negócios.

Com base no descrito por [CITATION Fer102 \p 19 \t \l 2070] podemos referir que as experiências nefastas causadas por fraudes financeiras, como os casos da Enron, da Tyco, da WorldCom, influenciaram a confiança dos *stakeholders*. Esta diminuição na confiança dos *stakeholders* é sentida nos mercados internacionais, havendo uma necessidade premente de criar e implementar de um novo modelo de gestão de risco.

A gestão de risco pode ser definida como um processo contínuo e transversal a toda a organização, implementado e orientado pelos seus colaboradores. Esta implementação passa pela aplicação de um conjunto de estratégias transversais à organização como um todo, sendo necessária um plano estratégico que contemple a identificação clara e sistemática de potenciais acontecimentos futuros, que poderão afetar o negócio da organização [CITATION Moe071 \p 50:52 \l 2070].

1.2. COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

Decorrente das situações anteriormente evidenciadas, o Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, designado por COSO, deu início à emissão de um conjunto de regras e procedimento com o escopo último de reforçar as medidas inerentes à implementação de uma gestão de risco e à implementação de um controlo interno efectivo, nas organizações em geral.

Nos últimos anos o Modelo do Cubo COSO, sofreu alterações diversas motivadas pelas necessidades das organizações, decorrentes da sua cada vez maior internacionalização. A mudança mais significativa deu-se no ano de 2017, tendo havido uma reestruturação nas terminologias utilizadas e a imagem “cubo” desapareceu.

O reconhecimento da importância da implementação do plano estratégico da organização, o alinhamento entre o controlo interno e a gestão de risco e a integração da gestão de risco do negócio no processo de tomada de decisão são aspetos que sofreram uma profunda alteração. e da organização [CITATION Alc \p 7 \l 2070].

Os aspetos acima identificados podem ser analisados na figura apresentada de seguida, onde se encontra a importância de uma definição clara e concreta de objetivos estratégicos em linha com a missão, a visão e os valores da organização havendo, desta forma, uma melhoria no seu desempenho.



Figura 1 - Modelo COSO ERM 2017
Fonte: [CITATION COS17 \l 2070]

Na figura seguinte apresentam-se as cinco novas componentes e o estabelecimento dos vinte princípios que se encontram identificados nas respetivas componentes.



Figura 2 - Componentes e Princípios do COSO ERM 2017
 Fonte: [CITATION COS17 \l 2070]

As principais alterações introduzidas assentam na:

- Simplificação de definições, tais como, o risco e a gestão de risco, e salienta a forte relação com o modelo de negócio;
- Ênfase no valor, apoiando as organizações a criar, preservar e a realizar valor. Existindo esta ênfase no “valor” na estrutura global das mesas, de formar a potenciar a gestão de riscos a níveis aceitáveis;
- Integração da gestão de risco com outros processos de negócio, como a definição de objetivos, a definição da estratégia, os processos de *governance* e *performance management*.

Este novo modelo, aborda o crescente foco, preocupação e importância da cultura no âmbito da gestão de risco empresarial, explora a cultura no âmbito mais vasto do núcleo global, descreve o comportamento de cultura dentro de um espectro de risco (*risk adverse, risk neutral, risk aggressive*). Explora também os possíveis efeitos da cultura sobre a tomada de decisão e o alinhamento desta entre o comportamento individual e entidade.

Através de três perspetivas diferentes, explora a gestão de risco e a estratégia, e são elas: a possibilidade de objetivos estratégicos e de negócios não alinhados com a missão, visão e valores; as implicações da estratégia escolhida e o risco para a execução da estratégia, conforme se pode observar na figura 1.

Permite a realização dos objetivos de negócio através da gestão ativa do risco e do desempenho. Centrando-se na importância do risco para o desempenho, explorando práticas de gestão de risco, apoiando a identificação e avaliação dos riscos que tenham impacto no desempenho, discutindo as variações aceitáveis em desempenho. Visa também melhorar a comunicação integrada em risco e desempenho.

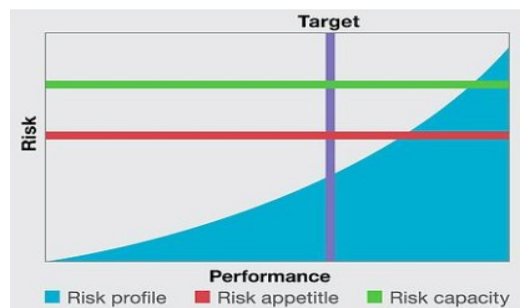


Figura 3 - Perfil de Risco
Fonte: [CITATION COS17 \l 2070]

Introduz uma nova representação, chamada de perfil de risco, que incorpora risco, a área de atuação, o potencial risco e a capacidade de a organização lidar com este. Desta forma, consegue obter-se uma visão dinâmica e abrangente do risco, permitindo tomar uma decisão consciente, em relação ao mesmo.

Em suma, podemos observar na figura abaixo, as principais alterações deste novo modelo.

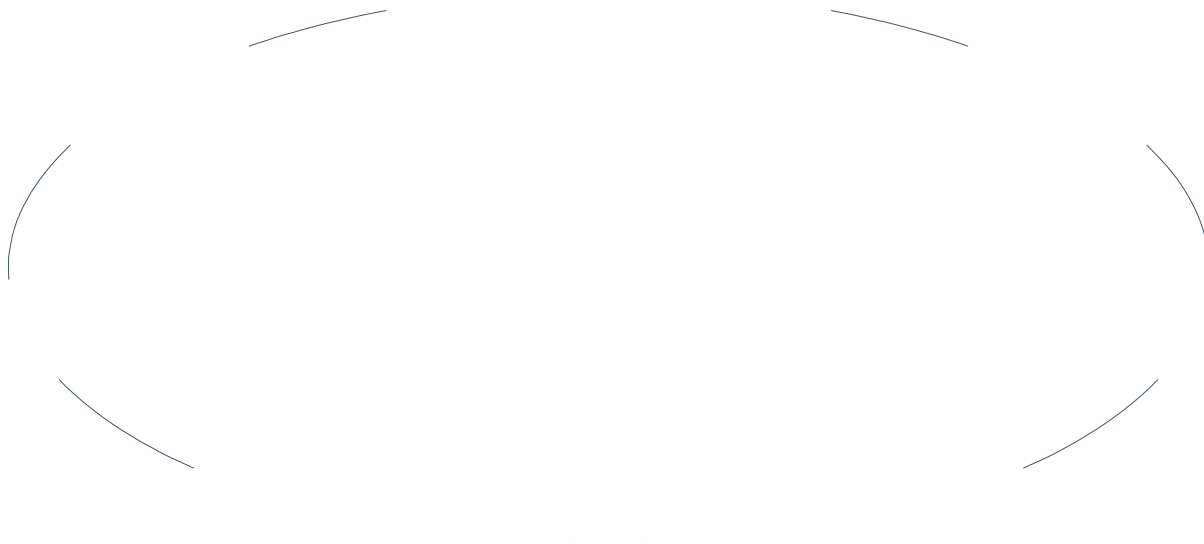


Figura 4 – Alterações do novo modelo
Fonte: Elaboração própria, 2018

Os indicadores de desempenho e a sua identificação são fundamentais para este processo, com ênfase numa melhoria contínua na implementação de um sistema de gestão de risco.

Sendo assim, com base no exposto por [CITATION Par07 \p 2:9 \l 2070] podemos dividir os indicadores de desempenho em três tipos.

Iremos apresentar os *KRIs* e os *Pis*. Os *Key Result Indicators*, fornecem informações sobre o que foi feito até ao momento num determinado processo. Enquanto que os *Performance Indicators* facilitam o manuseamento de toda a informação, para que as organizações consigam melhorar o seu desempenho operacional. Por fim, os *KPIs* – *Key Performance Indicators*, dão informação sobre que ações tomar para melhorar rapidamente o desempenho.

Para que todos estes processos funcionem em pleno torna-se necessário que exista um sistema de gestão de qualidade. Para este efeito, a norma ISO 9001:2015 que norteia a implementação e a manutenção de um SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade.

A última e atual versão desta norma apresenta alterações que se prendem com a compreensão da organização e do seu contexto, a compreensão das necessidades e expectativas das partes interessadas e a realização de ações para tratar riscos e oportunidades. É importante salientar a ênfase dada ao pensamento baseado no risco, apesar de sempre ter feito parte desta norma. Este pensamento é essencial para se obter um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz e também, dar maior credibilidade à norma junto da gestão.

Sendo um dos elementos do SGQ a melhoria do processo, não podemos deixar de referir uma outra área correlacionada, ou seja, a Auditoria.

As semelhanças existentes entre a auditoria interna e externa são imensas. Com base no descrito por [CITATION Mar971 \p 52 \l 2070], percebe-se, desde logo, a semelhança existente nas metodologias e técnicas utilizadas. Ambas identificam, analisam e avaliam procedimentos de controlo interno, através de testes, identificam falhas ou erros, conseguindo, desta forma avaliar os riscos associados. O culminar destes procedimentos materializa-se na elaboração de um relatório onde é emitida a opinião sugestões e propostas de melhoria, com o intuito de minimizar o impacto das falhas/erros detetados, na organização.

Se juntarmos os aspetos até aqui abordados, podemos afirmar que estas matérias estão intrinsecamente relacionadas.

Um auditor, em particular, deve-se preocupar com a gestão do risco financeiro. Contudo, no geral, os auditores devem preocupar-se com todo o tipo de riscos que afetem ou possam afetar as organizações. É necessária a existência de mecanismos para minimizar o impacto que o risco eventualmente possa provocar.

Uma vez que é essencial que a informação contabilística apresentada pelas organizações seja verdadeira e apropriada, que qualquer indivíduo, em qualquer país, a consiga interpretar, é necessário que existam princípios, normas e procedimentos, para isso existem os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

É um aspeto importante dado que as organizações têm necessidade de informações atempadas e úteis que permitam à gestão atingir os seus objetivos e traçar um rumo para o futuro.

A gestão do risco deve ser entendida como um processo sistemático, contínuo e interativo.

Os auditores internos têm um papel crucial na análise da eficiência e eficácia das operações, e a responsabilidade de verificar se tudo está de acordo com as leis e normas em vigor.

Para além de tudo isto, todas as organizações estão expostas a riscos sendo que é necessário dar-lhes algum tratamento. Assim, com a ajuda do ERM estas conseguem gerir os riscos, aproveitando as oportunidades que daí advêm.

Para comprovar esta relação e verificar a importância da auditoria interna e da gestão de risco como forma de acrescentar valor às organizações, foram elaborados dois casos de estudo (um questionário aos profissionais destas áreas e uma análise às empresas cotadas no PSI-20).

Para este caso em concreto julgamos pertinente focar o estudo nas empresas, para se perceber a importância que as mesmas dão a esta temática e colher a opinião dos profissionais quanto à gestão de risco e à sua importância na performance das organizações em geral.

Sendo o objetivo saber qual a opinião e o conhecimento existente de um leque variado de profissionais sobre a temática do papel da auditoria na gestão de risco e a importância dada pelas empresas à auditoria e gestão de risco, elencamos um conjunto de hipóteses a testar.

Pelo recurso à técnica de triangulação dos dados, vamos conjugar a informação obtida das diferentes fontes, nomeadamente da revisão da literatura, pela análise dos relatórios das empresas e dos dados recolhidos pela aplicação dos questionários, apresentamos a discussão de resultados com o objetivo de avaliar as hipóteses presentes neste estudo.

No anexo 1, apresentamos a relação entre as Hipóteses de Estudo com as questões de investigação e as questões efetuadas no questionário.

2. Análise do Estudo de Caso PSI-20

Levantou-se a possibilidade de compreender de quem é a responsabilidade da Gestão de Risco e atividades relacionadas, quais os principais riscos e se as empresas têm a ISO 9001 implementada, uma vez que existe uma crescente preocupação por parte das organizações em geral sobre esta temática.

Para este estudo, selecionaram-se as empresas cotadas no PSI-20 da Euronext de Lisboa, listadas abaixo, excluindo os bancos, por apresentarem tipos de riscos diferentes.

Com base nos respetivos relatórios, que são disponibilizados pelas empresas, e após respetiva análise, obtiveram-se respostas para as questões abaixo formuladas, partindo da ideia principal: perceber de quem é a responsabilidade da gestão de risco.

Empresa	Ano do Relatório
Altri	2016
Corticeira Amorim	2016
EDP	2016
EDP Renováveis	2016
Galp Energia	2016
Ibersol	2016
Jerónimo Martins	2016

Empresa	Ano do Relatório
NOS	2016
Nova Base	2016
Pharol	2016
REN	2016
Semapa	2016
Sonae Capital	2016
Sonae SGPS	2016

Tabela 1 - Empresas de Estudo
Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017

Sendo necessário conhecer a estrutura da organização, é fundamental entender se atividades como a auditoria e gestão de risco estão presentes e se apresentam algum departamento próprio, nesta decorrência foi criado um conjunto de questões a dar resposta (anexo 2).

Para isso, as respostas das **questões 1 a 4**, mostram a realidade das empresas escolhidas para o estudo.

Pela análise global das 4 questões (**questão 1**: “Existência de atividade de auditoria interna”; **questão 2**: “Existência de atividade de atividade de gestão de risco”; **questão 3**: “Existência de departamento de auditoria interna”; **questão 4**: “Existência de departamento de gestão de risco”), observamos que todas as empresas possuem atividades relacionadas com a gestão de risco sendo que, relativamente à auditoria interna, apenas 19% indica que não possui esta atividade e 6% nada menciona acerca deste tema. Quanto à existência de departamento relacionados com as atividades, para a auditoria interna, 69% das empresas possuem departamento para esta área e, para a gestão de risco, 75% possui departamento.

Contudo, verificamos que algumas empresas, apesar de terem estas atividades implementadas, não têm um departamento dedicado às mesmas.

A gestão de risco é um processo e, como tal, é necessário que exista alguém responsável pela sua implementação. Para isso, a **questão 5**: “Responsável pela implementação do processo de gestão de risco”, dá-nos a conhecer quem assume esta responsabilidade. Do que se analisou, de entre todas as opções quem se destaca é o Conselho de Administração e a Comissão Executiva com, 38% e 31%, respetivamente. Podemos constatar que, a responsabilidade está centralizada no topo das organizações sendo que, nos restantes casos em que o responsável são as unidades de negócio ou Local Risk Officers, a gestão de topo está sempre envolvida.

Como todo e qualquer processo, após implementado é essencial perceber se está em pleno funcionamento e, no caso de existir alguma falha, quais as atividades de monitorização a aplicar. Para isso é necessário também existir um responsável, para isso temos a **questão 6**: “Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco”. Do estudo efetuado, verificamos que 56% das empresas têm como responsável

pelo funcionamento do processo, as diversas unidades operacionais. Contudo, existe uma parte significativa, 19%, cuja responsabilidade está atribuída à Comissão Executiva.

Quanto à monitorização, elaboramos a **questão 7** “Responsável pela Monitorização do Processo de Gestão de Risco”, para perceber a quem está alocada esta responsabilidade. Aqueles que mais se destacam de entre as empresas são em 36% dos casos, o Conselho de Administração e também a Direção de Gestão de Risco, 15%.

Como para todas as outras questões analisadas, também a **questão 8** “Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco”, nos indica qual o responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco. Em 44% do universo em análise, a responsabilidade cabe ao Conselho Fiscal seguindo-se a Auditoria Interna com 31%. Saliento apenas que, 13% não menciona o responsável, apesar do processo de gestão de risco estar implementado.

Qualquer empresa está exposta a diversos tipos de riscos que, tanto podem ser a nível interno da organização como a nível externo da organização. Para que se consiga decidir perante uma situação de risco, é necessário que, numa fase inicial, sejam identificados os tipos de risco a que a organização está exposta e é fundamental definir o nível de exposição ao risco.

Cerca de 94% das empresas analisadas, admitem ter um responsável pela identificação e avaliação de riscos - **questão 9** “Responsável pela identificação e avaliação de riscos”. Em 56% dos casos, as unidades operacionais são as responsáveis pela identificação dos riscos uma vez que com eles lidam diretamente, e nesse sentido têm maior facilidade em identificar os mesmos. 6% das empresas não mencionam o responsável, 13% em que o responsável é a própria gestão de risco. Não esquecendo que, a administração tem sempre uma intervenção em todos os assuntos das empresas.

Já no que concerne à definição do grau de exposição ao risco – **questão 10** “Responsável pela definição do grau de exposição ao risco”, 38% das empresas não menciona o responsável. Sendo a definição do grau de exposição ao risco um tema delicado, cabe ao Conselho de Administração, em 37% dos casos analisadas, a definição do mesmo, seguindo-se a Comissão Executiva com 19% dos casos e a Direção de Gestão de Risco Corporativa com 6%.

É também necessário existir alguém responsável por aconselhar a administração de topo, com recomendações acerca da gestão do risco – **questão 11** “Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco”. Pela análise verifica-se que em 56% do universo estudado, não menciona qual o responsável, sendo que o órgão que se destaca, apenas com 19%, é o Conselho Fiscal que assume este papel.

Para que tudo funcione em pleno, torna-se fundamental a existência de políticas cujo escopo seja o de assegurar os objetivos e estratégias da gestão de risco, identificando e comunicando de forma tempestiva a necessidade de adequação dos procedimentos operacionais, a fim de alinhar o nível de exposição aos riscos, já abordado na questão 10, com as diretrizes das empresas.

Relativamente à emissão de políticas referentes à gestão de risco – **questão 12** “Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco”, 46% das empresas analisadas não a mencionam. Nas restantes não se encontrou nenhum departamento em específico que se evidencie. Contudo, em 13% das empresas, a função da Gestão de Risco tem esta responsabilidade.

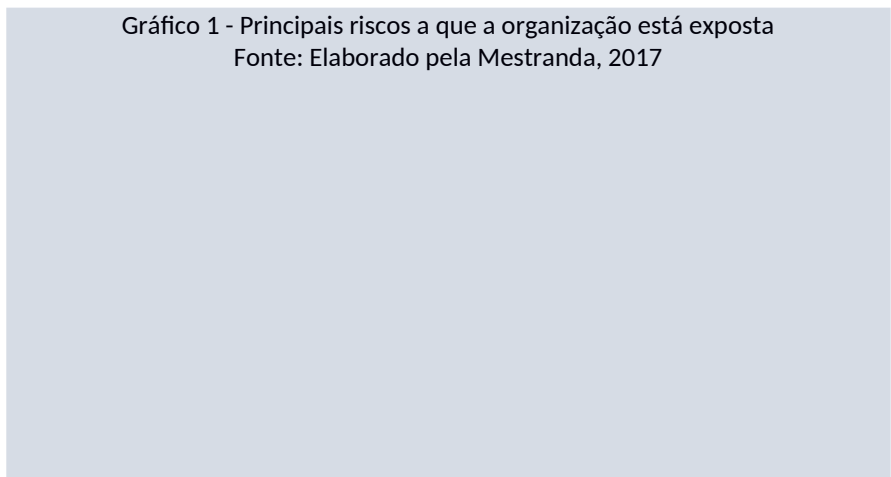
Por outro lado, não são só os processos e as políticas que fazem com que tudo funcione em pleno. É necessário que toda a organização esteja sensibilizada para este assunto, para isso a existência de formação é essencial.

Nesse sentido, a **questão 13** “Existência de formação na organização relativamente à gestão de risco” e **questão 14** “Responsável pela formação na organização relativamente à gestão de risco”, mostra-nos que apenas 25% das empresas fazem formação enquanto as restantes 75% nada mencionam a este respeito. Das empresas que admitem existir formação, não há uma área que se destaque, sendo a percentagem igual, tanto para a Política de Gestão de Risco, como para a Auditoria Interna.

Uma vez que este estudo se debruçou sobre o risco, importa focar os principais riscos com que as empresas se deparam – **questão 15** “Principais riscos a que a organização está exposta”.

Analisando de forma global todas as organizações estão expostas a diversos tipos de riscos. Entre eles destacam-se os económico-financeiros e os

Gráfico 1 - Principais riscos a que a organização está exposta
Fonte: Elaborado pela Mestranda, 2017



relacionados com temas jurídicos e legais. Contudo, qualquer organização está exposta a riscos relacionados com o negócio, o respetivo meio envolvente e cada vez mais os relacionados com as tecnologias da informação.

A implementação de um SGQ nas empresas em estudo – **questão 16** “Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização”, verifica-se em 60% das empresas analisadas.

3. Questionário

O questionário (anexo 3) encontra-se dividido em duas partes: uma destinada ao conhecimento de algumas características da pessoa que responde e outra destinada ao conhecimento / opinião que essa mesma pessoa tem em relação aos temas de auditoria e gestão de risco.

Este é constituído por 16 questões, sendo que optamos por diferentes escalas de resposta. Nove das questões têm como opção de resposta “o sim e o não” e, nas restantes sete questões, as respostas apresentam várias opções de escolha, utilizando para tal a escala de *Likert*, sendo esta uma escala psicométrica e a mais usada em pesquisas de opinião.

Podemos observar no anexo 1 a relação entre as hipóteses e as questões de investigação vs. questões do questionário utilizado.

A variável dependente deste estudo é: “O contributo da auditoria para uma gestão de risco eficaz”.

E, “a variável independente é a que o investigador manipula num estudo experimental para medir o seu efeito na variável dependente” [CITATION For96 \p 37 \l 2070].

Neste estudo, foram consideradas as seguintes variáveis independentes:

- O número de auditores existentes na empresa;
- O grau de liberdade e independência de ação concedido à atividade de auditoria de auditoria interna;
- O grau de importância da auditoria interna.

Sendo a auditoria interna e a gestão de risco, são temáticas que as áreas das ciências socioeconómicas dominam com mais destreza, tomamos como opção estreitar a população a profissionais das áreas correlacionadas com a auditoria, tais como, a contabilidade, a gestão e áreas afins.

Por outro lado, achamos importante conhecer a opinião da população acima referenciada, de diversos países, tendo sido selecionados para este estudo Portugal, Angola e Brasil.

Obtivemos 110 respostas ao questionário disponibilizado, durante o período de um mês, que consideramos ser exequível para o alcance do desiderato desta investigação.

Destas 110 "respostas", foram todas consideradas uma vez que, os inquiridos responderam a todas as questões, daí aferirmos pela anuência da totalidade das respostas.

Não havendo, por isso, tratamento das não respostas, dado que não se verificará qualquer enviesamento na análise a efetuar.

Uma vez que nos encontramos a trabalhar com variáveis nominais iremos utilizar determinadas medidas de estatística descritiva, nomeadamente, moda, média, mediana e desvio padrão. Nesta sequência, para verificar se estamos perante uma distribuição normal iremos aplicar o teste *Kolmogorov-Smirnov (K-S)*.

A primeira parte do questionário é composta por um conjunto de 5 questões, que se consideram importante na medida em que nos permite conhecer a composição da nossa amostra quanto ao género, idade, experiência profissional, entre outros aspetos.

De todos estes aspetos acho que a questão da nacionalidade é o mais importante e, mediante as respostas obtidas, 92% dos respondentes tem nacionalidade portuguesa, 6% tem nacionalidade brasileira e 2% tem nacionalidade angolana.

Concomitantemente temos a área de estudo e a área de trabalho dos respondentes.

Após tratamento dos dados, 53% da amostra estudou contabilidade, seguindo-se auditoria com 20% e administração/gestão com 8% das respostas. Todas as restantes respostas obtidas, apesar de apresentarem percentagens mais reduzidas, não deixam de ser relevantes para o estudo em causa, uma vez que, oferece uma opinião de inquiridos de diversas áreas que não contabilidade e auditoria, acerca do assunto, permitindo desta forma fazer uma comparação.

Quanto à área de trabalho, 48% das respostas obtidas, centram-se na área da contabilidade, 12% são estudantes, 10% trabalham na área da administração e 8% em auditoria.

Das 59 respostas que dizem ter estudado contabilidade, 38 estão a trabalhar na área, 4 em administração, 2 em auditoria, 5 ainda estudam, 2 estão na área do ensino e 1 trabalha na área de *controlling*, os restantes 7 não trabalham em áreas relacionadas.

Outra área de estudo que mostra alguma relevância é a auditoria. Das 22 respostas obtidas, 6 trabalham na área, 10 em contabilidade, 2 em administração e 1 em controlo de gestão, os restantes 3 elementos ou são estudantes ou não trabalham.

Por fim, outra área de estudo com maior visibilidade é a administração, que com 9 respostas, 5 trabalham na área.

As restantes áreas de estudo, apesar de importantes, apresentam valores inferiores que as três anteriormente mencionadas.

Podemos, assim, concluir que, da amostra em estudo 70 dos inquiridos trabalham e estudaram nas áreas de Administração, Auditoria e Contabilidade.

Passemos agora para a segunda parte do questionário, a qual irei apresentar os resultados, analisando medidas estatísticas.

Analisando o valor obtido para o *Alpha de Cronbach*, e dado que este apresenta 0,0732 para os 19 itens do questionário a confiabilidade é superior ao considerado razoável, que se situa entre os 0,7 e 0,8, assim aferimos pela boa fiabilidade do questionário aplicado [CITATION Pes08 \p 527:528 \l 2070].

Iniciaremos, de seguida, a apresentação e análise dos valores estatísticos de tendência central, desvio padrão e intervalo de dispersão. Pretendemos, com esta análise verificar a tendência das respostas às questões colocadas aos inquiridos. ser apresentada a análise descritiva dos dados recolhidos.

Iremos agora apresentar as medidas anteriormente indicadas, para as questões com escala de resposta “sim” e “não”. Por questão de simplificação de explanação dos resultados apenas iremos referenciar as questões pelo seu número (consultar o Questionário – anexo 3) exceto nas que consideramos que apresentam valores de análise mais significativos para o propósito deste estudo.

No que diz respeito à média, esta situa-se entre 1,14 (**Q13** – “Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?”) e 1,47 (**Q12** – “Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influencie o contributo desta para uma gestão eficaz?”).

Na **questão 13**, “Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?”, o valor da média é de

1,14, o que demonstra a concordância dos inquiridos quanto à necessidade de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria. O desvio padrão e o coeficiente de variação é de 0,497 e 43,597%, respetivamente, o que revela uma elevada dispersão dos dados.

Relativamente à moda, os valores que ocorrem com maior frequência são o 1 e o 2, o que revela a anuência dos inquiridos quanto às questões em análise.

No que concerne à mediana, esta apresenta valores situados em 1 - Sim, o que indica que existe concordância nas respostas dos respondentes.

A **questão 11** apresenta a seguinte escala: 1 – Sim, 2 – Não, 3 – Talvez, daí a sua análise se encontrar separadamente.

A média situa-se em 2,05, significando que os inquiridos acreditam na relação entre o número de auditores e a auditoria e gestão de risco.

Relativamente à questão 15, valores presentes no quadro abaixo: “No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?”, a escala de respostas é a seguinte:

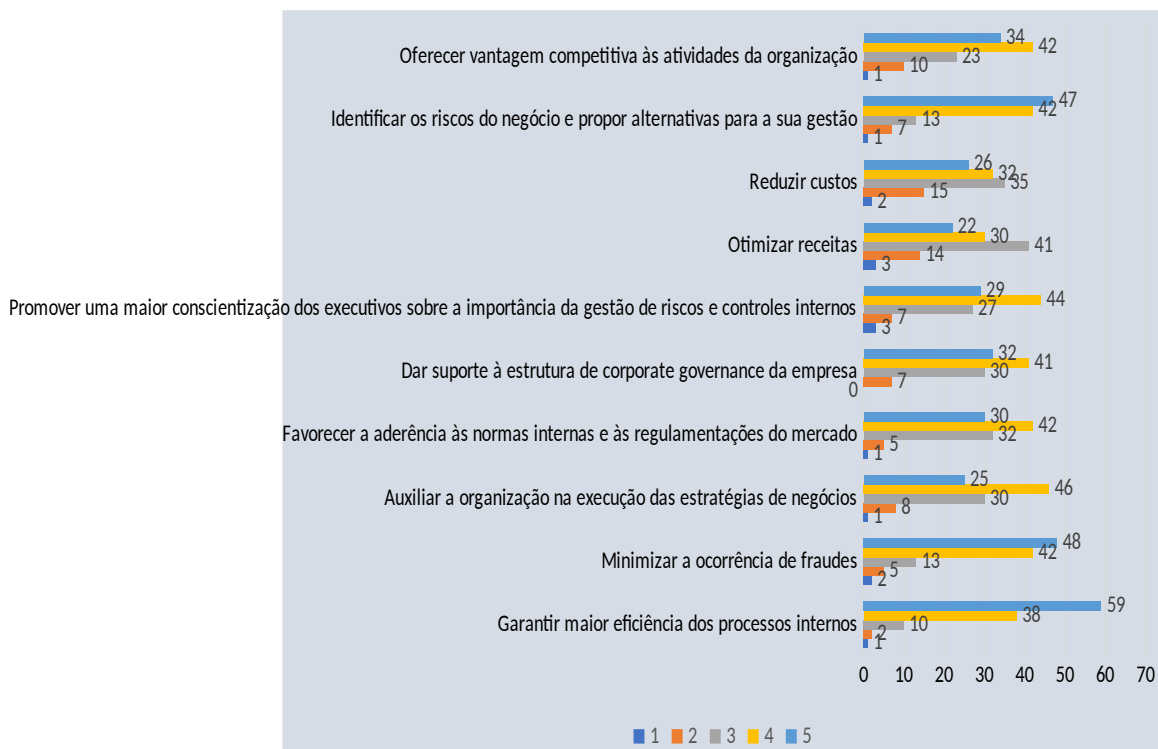
1 – Conselho de Administração

2 – Unidade de Negócios

3 – Colaboradores

4 – Toda a organização

A média situa-se em 3,02, significando que os inquiridos atribuem a necessidade de existir uma gestão de risco efetiva ao nível dos “Colaboradores”, a mesma tendência é apresentada na mediana e na moda. No entanto, o desvio padrão de 0,635, indica que existe uma dispersão dos dados, face à média. Para completar esta análise verificamos pelo coeficiente de variação de 21,026%, que a dispersão é média.



Uma vez que a **questão 10** é para indicar o grau de importância dos benefícios de um departamento de auditoria interna, iremos apresentar os resultados desta questão.

Gráfico 2 - Benefícios de um departamento de auditoria interna
 Fonte: Elaborado pela mestranda, 2017

Analisando as subquestões 10.7 – “Otimizar receitas” e 10.8 – “Reduzir custos”, verificamos que a moda se situa nos 3, um pouco abaixo da média que é de 3,49 e 3,59, respetivamente.

Para as questões em que a moda se fixa nos 4, temos as subquestões 10.3 – “Auxiliar a organização na execução das estratégias do mercado”, 10.5 – “Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa”, 10.6 – “Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da Gestão de Risco de Controlo Interno” e, por fim a questão 10.10 – “Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização”, verificamos que as suas médias são um pouco inferiores, o que significa que os inquiridos não atribuem tanta importância a este benefício da existência de um departamento de auditoria interna.

Relativamente a todas as outras questões, verifica-se que a moda de todas elas está acima da média, ou seja, os inquiridos consideram que estes benefícios são extremamente importantes.

Verificamos que a sub-questão 10.1 – “Garantir maior eficiência nos processos internos” está acima da média, o que significa que os inquiridos consideram que este benefício da existência de um departamento de auditoria interna é extremamente importante. Por sua vez, a sub-questão 10.7 – “Otimizar receitas” apresenta a média mais baixa, o que significa que os inquiridos não atribuem tanta importância a este benefício da existência de um departamento de auditoria interna.

Conclusões

As principais conclusões deste estudo centram-se no seguinte aspeto: apesar da auditoria e a gestão de risco serem temas de preocupação cada vez mais crescente nas organizações, ainda existe pouca informação disponibilizada, sendo que a que está acessível, não se encontra clara no sentido de perceber quem é o responsável por cada departamento ou tarefa. Verifica-se que, a Administração, apesar de não ser identificada nos relatórios analisados, como responsável por todos os departamentos, tarefas ou processos, encontra-se implícita, nestes relatórios, a presença constante no processo de tomada de decisão dos órgãos de gestão máximos das organizações.

Como resultado da inferência estatística realizada neste estudo, verifica-se uma elevada correlação entre as questões relacionadas com o conhecimento da gestão do risco e a sua relação direta com a auditoria interna que, ressalta a importância dada pelos profissionais destas áreas, no sentido de minimizar o impacto dos riscos na performance das organizações.

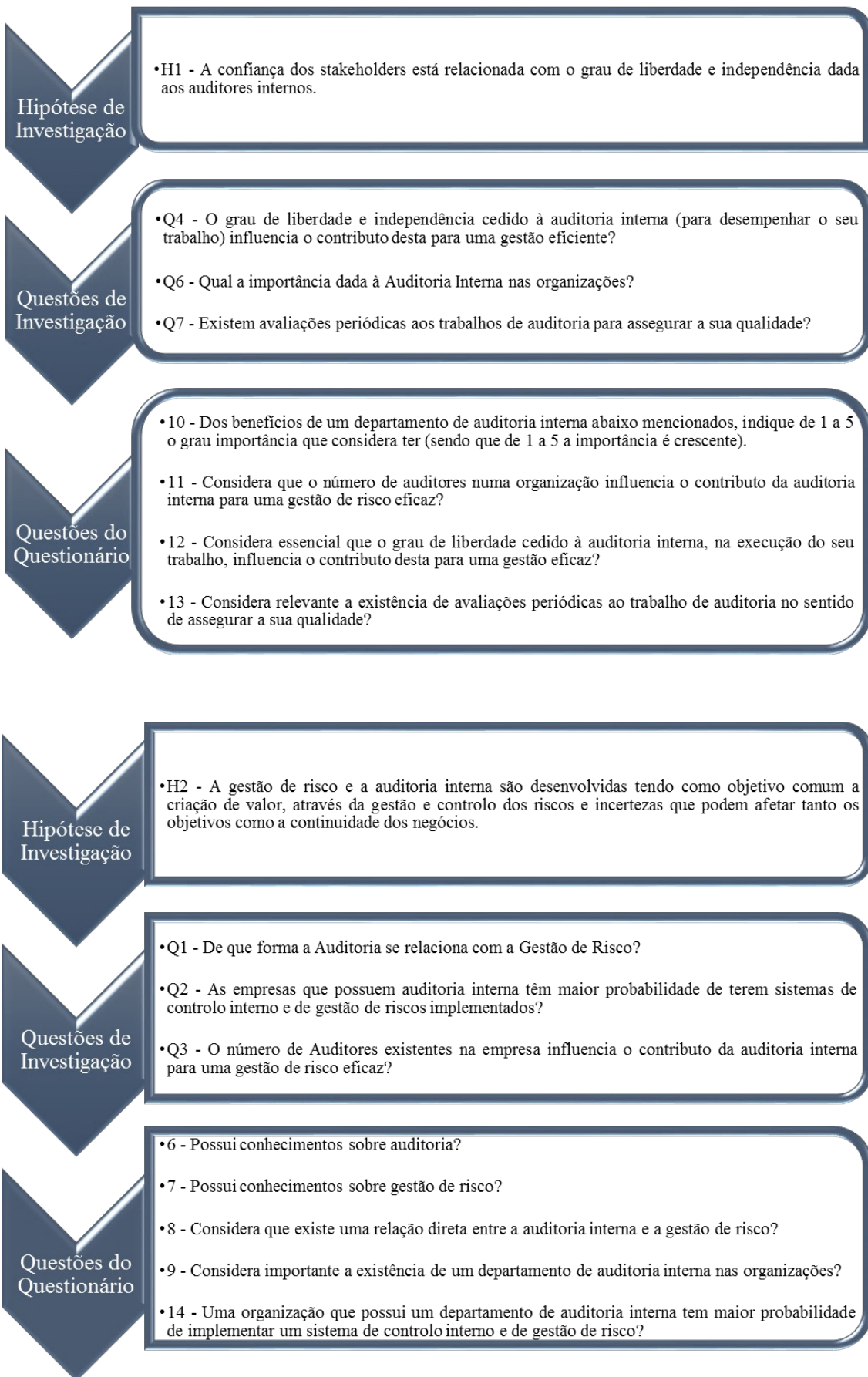
Dos benefícios apresentados relativamente à existência de um departamento de auditoria interna nas organizações, os profissionais consideram que o garante de uma maior eficiência dos processos internos, a minimização de ocorrência de fraudes e a identificação dos riscos de negócio são cruciais para que a auditoria, em conjunto com o departamento da gestão de risco possam delinear alternativas para dirimir o impacto que estes possam vir a ter ao nível do resultado das organizações.

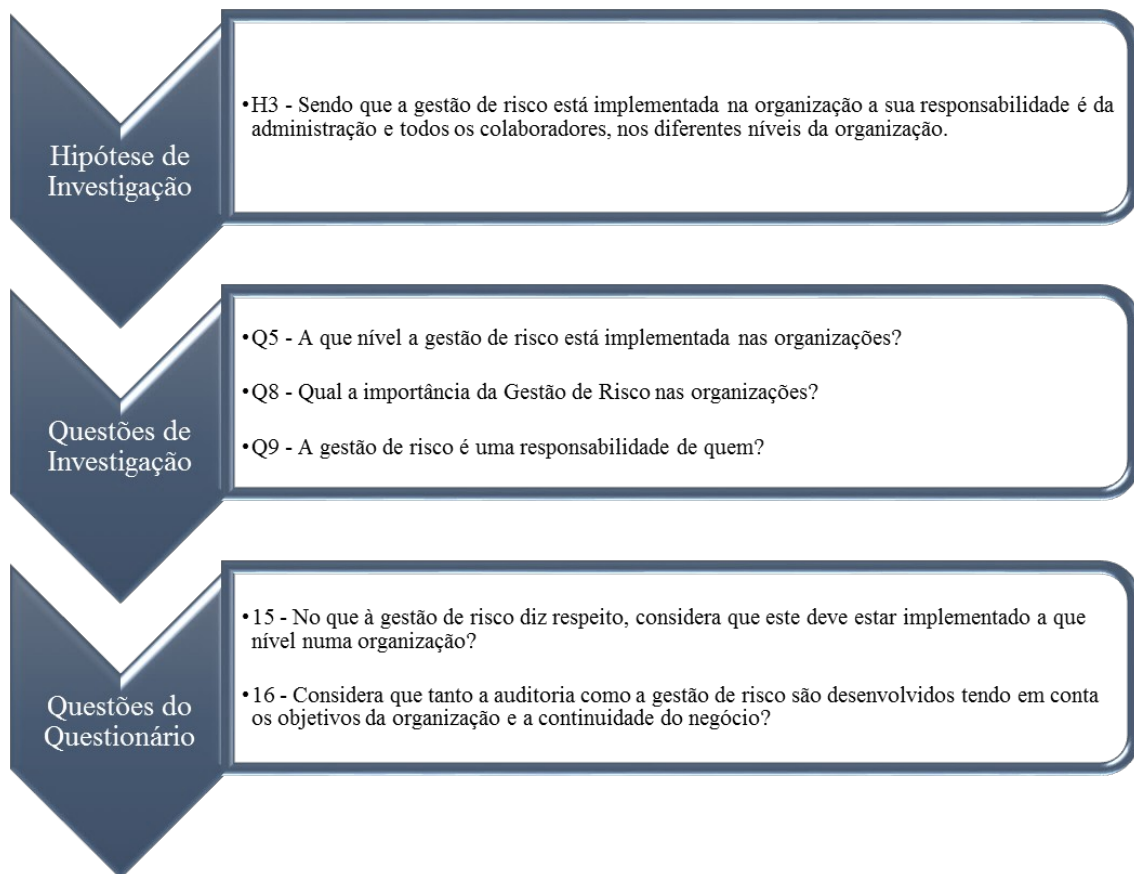
Bibliografia

COSO, C. o. (Junho de 2017). Enterprise Risk Management Framework: Integrating with Strategy and Performance.

- Dias, A. A. (2017). A more effective audit after COSO ERM 2017 or after ISO 31000:2009? Porto.
- Ferreira, A. d. (2010). A Gestao de Risco Aplicada à Auditoria Interna. *Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria*. Universidade de Aveiro.
- Ferreira, A. d. (2010). A Gestao de Risco Aplicada à Auditoria Interna. *Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria*. Universidade de Aveiro.
- Fortin, M.-F. (1996). *O Processo de Investigação - Da concepção à realização*. Lusociência - Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Marques, M. (1997). *Auditoria e Gestão*. Editorial Presença.
- Moeller, R. R. (2007). *COSO Enterprise Risk Management: Understanding the new integrated ERM framework*. Wiley.
- Monteiro, M. d. (08 de 2016). *A importância da Gestão de Riscos*.
Obtido de <http://conaci.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Marcelo-Monteiro-A-import%C3%A2ncia-da-gest%C3%A3o-de-riscos.pdf>
- Parmenter, D. (2007). *Key Performance Indicators: Developing, Implementing, and Using Winning KPIs*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de Dados para Ciências Sociais - A Complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, Lds.

Anexo 1





Anexo 2

Questões	
1	Existência de atividade de auditoria interna
2	Existência de atividade de gestão de risco
3	Existência de departamento de auditoria interna
4	Existência de departamento de gestão de risco
5	Responsável pela implementação do processo de gestão de risco
6	Responsável pelo funcionamento do processo de gestão de risco
7	Responsável pela monitorização do processo de gestão de risco
8	Responsável pela eficiência/eficácia do processo de gestão de risco
9	Responsável pela identificação e avaliação de riscos
10	Responsável pela definição do grau de exposição ao risco
11	Responsável pela emissão de recomendações acerca da gestão de risco
12	Responsável pela emissão de políticas de gestão de risco
13	Existência de formação na organização relativamente à gestão de risco
14	Responsável pela formação na organização relativamente à gestão de risco
15	Principais riscos a que a organização está exposta
16	Existência da ISO 9001 implementada numa área da organização

Anexo 3

Auditoria e Gestão de Risco

Este questionário enquadra-se no âmbito da Dissertação de Mestrado de Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, com orientação da Professora Doutora Susana Bastos.

O presente questionário destina-se a recolher informação sobre o conhecimento e opinião existente sobre as temáticas de auditoria e gestão de risco.

O tratamento da informação aqui recolhida será confidencial e reservada ao estudo em questão e tratamento estatístico.

Desde já agradeço a participação e disponibilidade.

Mariana Fernandes Bouça

I. Perfil dos respondentes

1. Género

- Feminino
- Masculino

2. Faixa Etária

- até 20 anos

- de 21 a 30 anos
- de 31 a 40 anos
- de 41 a 60 anos
- mais de 60 anos

3. Nacionalidade

- Portuguesa
- Brasileira
- Angolana
- Outra:

4. Área de estudo

- Administração
- Auditoria
- Contabilidade
- Economia
- Outra:

5. Área de trabalho

- Administração
- Auditoria
- Contabilidade
- Economia
- Outra:

II. Questões sobre Auditoria e Gestão de Risco

6. Possui conhecimentos sobre auditoria?

- Sim
- Não

7. Possui conhecimentos sobre gestão de risco?

- Sim
- Não

8. Considera que existe uma relação direta entre a auditoria interna e a gestão de risco?

- Sim
- Não
- Talvez

9. Considera importante a existência de um departamento de auditoria interna nas organizações?

- Sim
- Não
- Talvez

10. Dos benefícios de um departamento de auditoria interna abaixo mencionados, indique de 1 a 5 o grau importância que considera ter (sendo que de 1 a 5 a importância é crescente):

	1	2	3	4	5
Garantir maior eficiência dos processos internos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Minimizar a ocorrência de fraudes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Auxiliar a organização na execução das estratégias de negócios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Favorecer a aderência às normas internas e às regulamentações do mercado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dar suporte à estrutura de corporate governance da empresa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover uma maior conscientização dos executivos sobre a importância da gestão de riscos e controles internos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Otimizar receitas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reduzir custos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Identificar os riscos do negócio e propor alternativas para a sua gestão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferecer vantagem competitiva às atividades da organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- 11. Considera que o número de auditores numa organização influencia o contributo da auditoria interna para uma gestão de risco eficaz?**
- Sim
 - Não
 - Talvez
- 12. Considera essencial que o grau de liberdade cedido à auditoria interna, na execução do seu trabalho, influencia o contributo desta para uma gestão eficaz?**
- Sim
 - Não
 - Talvez
- 13. Considera relevante a existência de avaliações periódicas ao trabalho de auditoria no sentido de assegurar a sua qualidade?**
- Sim
 - Não
 - Talvez
- 14. Uma organização que possui um departamento de auditoria interna tem maior probabilidade de implementar um sistema de controlo interno e de gestão de risco?**
- Sim
 - Não
 - Talvez
- 15. No que à gestão de risco diz respeito, considera que este deve estar implementado a que nível numa organização?**
- Conselho de Administração
 - Unidades de negócio
 - Colaboradores
 - Toda a organização
 - Outra:
- 16. Considera que tanto a auditoria como a gestão de risco são desenvolvidos tendo em conta os objetivos da organização e a continuidade do negócio?**
- Sim

- Não
- Talvez

Obrigada pela sua colaboração!